

Excelentíssimo Senhor

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Presidente da República

Praça dos Três poderes, s/n - 3º andar - Palácio do Planalto

Brasília/DF

Brasília, 26 de março de 2021

**Assunto: pedido de esclarecimento sobre as medidas a serem tomadas para o cumprimento do teto de gastos e a meta fiscal com a aprovação da Lei Orçamentária de 2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Os Deputados Federais abaixo assinados solicitam ao Presidente da República Federativa do Brasil que seja esclarecido ao Parlamento e à nação Brasileira quais medidas serão tomadas para se fazer cumprir o teto de gastos e a meta de resultado primário de 2021, para que não incorra em crime de responsabilidade.

Como alertado pelos signatários deste documento, durante a sessão plenária do Congresso em que o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 foi aprovado, no dia 25 de março de 2021, havia o risco de estarmos aprovando um orçamento fictício e não condizente com a realidade do Governo Federal.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 1º bimestre de 2021 enviado ao Congresso, o Ministério da Economia alertou para um rombo de R\$ 17 bi no Orçamento com despesas primárias. Ou seja, será necessário promover ajustes com base na nova estimativa para as despesas primárias obrigatórias em 2021. No entanto, ignorando este fato, o Congresso cortou mais R\$ 26 bilhões em despesas primárias obrigatórias para viabilizar o aumento de R\$ 3 bi para R\$ 30 bi no valor concentrado nas mãos do relator. Isso significa que a previsão de gastos primários obrigatórios feitos pelo Ministério da Economia possui uma diferença de R\$ 43 bilhões em relação ao que foi aprovado na LOA 2021, o que exigirá medidas do Governo Federal para cumprir o teto de gastos e a meta de fiscal sem que se recorra às chamadas “pedaladas fiscais”.

Ressalta-se que a base do governo na Câmara e no Senado Federal se manifestou pela aprovação da PLOA 2021 nesses moldes, estando de acordo com as condições precárias do texto. O ato foi de grande irresponsabilidade com as contas públicas do país, produzindo um

orçamento que não condiz com a realidade e não tem como prioridade a saúde pública ou qualquer medida relacionada à pandemia da Covid-19.

Solicitamos assim o detalhamento por parte do governo federal das providências a serem tomadas para o devido ajuste das contas, explicitando as áreas que serão afetadas, de forma transparente. Pedimos, ainda, a adoção de medidas que mitiguem os danos que essas manobras possam causar à população, que vive atualmente em estado de insegurança com a crise causada pela pandemia do coronavírus.

Essas medidas são essenciais para o projeto de nação com o qual o governo se comprometeu nas eleições de 2018, para que se conduza o país a um cenário de melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Na expectativa de uma resposta urgente para as questões aqui apontadas, subscrevem.

Respeitosamente,

VINICIUS POIT

ALEXIS FONTEYNE

GILSON MARQUES

ADRIANA VENTURA

LUCAS GONZALEZ

MARCEL VAN HATTEM

PAULO GANIME

TIAGO MITRAUD

RODRIGO MAIA

FELIPE RIGONI

JUNIOR BOZELLA

FABIO TRAD

ALEXANDRE FROTA

PROFESSOR ISRAEL BATISTA

RODRIGO AGOSTINHO

ANDRE JANONES

ENRICO MISASI

TABATA AMARAL

PAULO TEIXEIRA

JULIO DELGADO